



Redesenhar o cenário econômico argentino

[Roberto Cardarelli](#)

21 de novembro de 2016

A maioria das pessoas conhece a Argentina como a terra do tango, do vinho Malbec e de alguns dos maiores jogadores de futebol de todos os tempos. Mas a Argentina também é famosa por alguns dos mais belos e diversos cenários do mundo: das florestas subtropicais e Cataratas do Iguazu ao norte, às geleiras de Perito Moreno ao sul; do ponto de menor altitude da América do Sul (a Laguna del Carbón) até a mais alta elevação das Américas (o pico do Aconcágua).

A economia argentina, assim como os seus cenários, também tende a apresentar variações extremas. Ao longo dos anos, ocorreu uma série de crises econômicas e financeiras, inclusive a de 2001, que, em termos de gravidade, pode ser comparada à Grande Depressão nos EUA.

Ao retornar à Argentina em setembro de 2016 para sua primeira [avaliação da economia](#) do país desde 2006 (as chamadas consultas ao abrigo do Artigo IV), o FMI encontrou autoridades empenhados em uma transição ambiciosa rumo a uma economia mais estável e sustentável que poderia minimizar o risco de flutuações extremas no cenário econômico do país.

No rumo certo

Para entender a complexidade dessa transição, talvez seja útil voltar a dezembro de 2015, logo após as eleições que marcaram a surpreendente vitória da coalizão liderada por Mauricio Macri.

Àquela altura, a Argentina tinha um nível muito baixo de reservas cambiais, um câmbio extremamente supervalorizado, um elevado déficit fiscal financiado por transferências do banco central, uma das mais elevadas taxas de inflação do mundo, déficits crescentes da balança comercial e da conta corrente, um emaranhado de barreiras comerciais e restrições cambiais, a mais baixa taxa de investimento na América Latina e nenhum acesso aos mercados de capital internacionais após uma década de litígio com credores dissidentes. Intervenções generalizadas por parte do governo haviam enfraquecido em muito as instituições do país e solapado a credibilidade dos indicadores econômicos e sociais produzidos pelo instituto nacional de estatística.

O novo governo praticamente não tinha outra opção a não ser começar a desfazer os inúmeros desequilíbrios e distorções. Concluído o primeiro ano de governo, muito se conquistou: o completo dismantelamento dos controles cambiais, a adoção de metas de inflação com a livre flutuação da taxa de câmbio, as primeiras medidas para aproximar as tarifas de serviços públicos dos preços internacionais, o bem-sucedido retorno aos mercados de capital internacionais após a rápida solução da disputa de uma década com os credores dissidentes e os avanços positivos na melhoria da governança. Entre essas medidas, destaca-se uma reforma completa do instituto nacional de estatística, o que levou à divulgação de estatísticas

oficiais novas e confiáveis (e, em consequência, no início de novembro, à suspensão da [declaração de censura](#) imposta pelo FMI ao país). Por outro lado, as autoridades federais optaram por uma abordagem cautelosa para tentar baixar o déficit fiscal, baseada, em grande medida, em uma redução paulatina dos subsídios à energia, o que também reflete o enfraquecimento da economia, que vem sofrendo uma retração desde o último trimestre de 2015.

Concluir a transição

Embora a Argentina tenha obtido avanços impressionantes até o momento, muito ainda precisa ser feito para concluir a transição rumo a uma conjuntura econômica mais estável e retomar um crescimento robusto, sustentado e equitativo, sem deixar de proteger os pobres dos custos inevitáveis do ajuste.

Na sua [avaliação da economia](#) argentina, o FMI concentrou-se nas políticas prioritárias para o país continuar a seguir essa trajetória e fez três recomendações principais:

- ***Os avanços para reduzir o déficit fiscal devem ser mantidos em um ritmo compatível com a necessidade de minimizar o impacto sobre os mais vulneráveis e basear-se na realocação dos gastos e racionalização do sistema tributário.*** Embora adiantar o ajuste fiscal pudesse baixar as taxas de juros, diminuir a pressão sobre a moeda e reduzir o risco associado com uma dependência excessiva de financiamento externo, um conjunto de restrições econômicas, sociais e políticas justifica uma redução gradativa do déficit fiscal. Em especial, a redução dos gastos correntes do governo, que cresceram muito durante a última década, provavelmente aumentaria o investimento público em infraestrutura e reduziria os impostos sobre as empresas e famílias. A adoção de um quadro fiscal de médio prazo ajudaria a estabelecer a credibilidade do reequilíbrio fiscal necessário.
- ***O ritmo da desinflação deve manter-se sensível aos seus custos econômicos no curto prazo.*** Trazer a inflação para um só dígito é essencial para fortalecer o crescimento no longo prazo e reduzir a pobreza, mas a orientação restritiva da política monetária necessária para estabelecer a reputação do banco central de combate à inflação provavelmente terá custos em termos do produto no curto prazo. Para reduzir esses custos, o relatório recomenda modificar o estatuto do banco, limitar seu mandato à estabilidade de preços e excluir a possibilidade de financiar o déficit fiscal.
- ***A reconstrução dos alicerces do crescimento exigirá reformas ambiciosas no lado da oferta.*** Destacam-se a melhoria da qualidade da infraestrutura, a eliminação das barreiras comerciais restantes, a reformulação dos regulamentos dos serviços públicos, o aumento da eficiência do mercado e competitividade nas principais áreas do setor privado (inclusive a energia) e mais avanços no ambicioso plano do governo para combater a corrupção.

O progresso nessas áreas exigirá tempo, persistência e habilidade política. Contudo, a conclusão da transição iniciada no fim de 2015 é a promessa de um novo cenário econômico na Argentina, que poderia gerar melhorias significativas no padrão de vida da população.



Roberto Cardarelli é o Chefe da Divisão América do Sul II do Departamento do Hemisfério Ocidental do FMI e o chefe da missão encarregada da Argentina. Anteriormente, dirigiu a Divisão da América do Norte nesse mesmo departamento e a Divisão de Estudos Regionais do Departamento da Ásia e do Pacífico do FMI, além de haver integrado o Departamento de Estudos, onde trabalhou em várias edições do relatório *World Economic Outlook* (WEO).